02/07/2019 Zimbra

Zimbra

licitacao@tjal.jus.br

RECURSO - GLOBALSUN - PREGÃO TJAL 003-A/2019

De : Thiago Costa <thiago@iki.com.br> Seg, 01 de Jul de 2019 17:42

Assunto: RECURSO - GLOBALSUN - PREGÃO TJAL 003-A/2019

KATIA

Para: licitacao@tjal.jus.br, pregao tj al

*∞*1 anexo

cpregao.tj.al@gmail.com>

Cc : Email : icitacao@iki.com.br>, Bruno Ferreira
bruno.ferreira@globalsun.com.br>, Henrique

Tabosa <henrique@iki.com.br>

Prezado Sr. Pregoeiro, boa tarde!

Segue em anexo, o recurso da empresa Globalsun referente ao pregão de nº 003-A/2019 do TJAL.

Fico no aguardo da confirmação de recebimento do e-mail, obrigado.

Atte.,



Thiago Costa Analista de Proietos II 55 81 3244.4884 | 99211.0526 Matriz | Recife-PE Av. Montevidéu, 316 | Boa Vista CEP 50.050-250 | Fone/Fax 55 81 3244.4884 liki@iki.com.br | www.liki.com.br

Pernambuco | Minas Gerais | Alagoas | Piaui | Distrito Federal | São Paulo | Acre | Rio de Janeiro | Roraima



Recurso Publikimagem - TJAL - 003.A.2019..pdf 3 MB



ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PERMANENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS

Ref.: Pregão Eletrônico nº 003-A/2019

GLOBALSUN BRASIL ENERGIA, IMPORTACAO E

COMERCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, sediada na Av. Montevidéu, 316, Boa Vista, Recife-PE, CEP 50.050-250, inscrita no CPNJ sob o nº 19.923.737/0001-04, por seu representante legal, não se conformando com a decisão que classificou, habilitou e declarou vencedora a empresa NEXSOLAR SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA ME, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

o que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante elencados.

Estando no prazo legal, a suplicante requer que o presente recurso seja recebido no efeito suspensivo; que a decisão impugnada seja reconsiderada pelo pregoeiro, ou que sejam os autos remetidos à autoridade competente, para a devida apreciação.

N. termos,

Espera deferimento.

Recife, 01 de julho de 2019.

GLOBALSUN BRASIL ENERGIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA.



PELO DIREITO DA RECORRENTE - GLOBALSUN BRASIL ENERGIA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA. –

DAS RAZÕES RECURSAIS:

1.

Do Processo Licitatório

Trata-se de Pregão Eletrônico processado pelo TJAL, que tem como objeto a "aquisição e instalação de sistema de geração fotovoltaica, no juizado da comarca de Santana do Ipanema", conforme exigências e requisitos do instrumento convocatório.

Finalizada a sessão, foi classificada, habilitada e declarada vencedora a empresa NEXSOLAR SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA ME, em atenção ao disposto no art. 44 da Lei Complementar 123/2006.

2. Ocorre que, conforme restará demonstrado nos itens a seguir, o Ilmo. Pregoeiro, data venia, incorreu em grave equívoco, eis que a referida empresa não atende aos itens 5.3.2, 5.3.3 do Edital, bem como, descumpriu o disposto no §3°, do art. 45, da Lei Complementar 123/2006.

3. DO EQUÍVOCO QUANTO A HABILITAÇÃO DA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA

3.1. NÃO OBSERVÂNCIA DO ITEM 5.3.2 E 5.3.3 DO EDITAL – AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO NA PROPOSTA

Quanto à apresentação da proposta, o Edital, em seu Termo de Referência, anexo VII (Pág. 41), estabelece as especificações para fornecimento e



INOVAÇÃO EM ENERGIA SOLAR

instalação do sistema, descrevendo quais os materiais que serão utilizados na instalação, além da quantidade de cada item necessária para realização do procedimento.

3. ESPECIFICAÇÕES:

Fornecimento e instalação de sistema de geração fotovoltaica com potência instalada de 32.760 kWp, formado por.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	
1	1	PÇ	Inversor solar modelo SW500 ST025 contendo 06 strings no mitimo, fatra de tensão por string (MPPT) 390 a 800 Vots, corrente maxima por string 33A, potência nomina: 25kW, atendendo a norma EC 60529 Referência WEG, similar ou superior	
2	126	PÇ	Módulos solares potentializados, com tensão de operação de 30,4V, comente de operação de 8, tensão de circuito aberto de 37,5V e comente de curto circuito de 9,12A, capacidade de potência de 2 pico, temperatura operacional de -40°C a +85°C, suportando tensão máxima de 1000V, sob norma 61645 e IEC 61,730, com estruturas metálicas de suporte pintadas	
3	1	UN	Notebook com Intel® Core™ 17-6500U, 8GB, 2TB, Gravador de DVD, Leitor de Cartões, HDMI, Wirele USB, Bluetooth, LED 14*, Window's 10, Incluir cabo USB,RS232 e HDMI, Referência: HP, Sony, similar superior	
4	1500	m	Cabo LIDER em cobre de 6 mm², de fabricação COFIBAM ou similar.	
5	1	PÇ	Disjunfor Inflasico 63 A, curva B, modelo DN.	
6	20	m	Cabo de cobre flexivel de 10 mm². 1KV	
7	25	m	Cato de cobre flexivel de 16 mm², 1927	
8	6	PÇ	Terminais de compressão de 10 mm².	
9	6	PÇ	Termhais de compressão de 16 mm².	
10	1	PC	Chave seccionadora S 32-2503, de fabricação HOLEC ou SMLAR.	
11	1	PC	Exp prolongador P10, de fabricação HOLEC ou SMLAR.	
12	2	PÇ.	Capa protetora T200, de fabricação HOLEC ou SMLAR.	
13	1	PC	Acionamento extraivel com espeiho EK10, de fabricação HOLEC ou SIMLAR.	
14	1	PÇ	Casa emichapa de aço código C 442, de fabricação HOLEC ou SANLAR.	
15	6	PC PC	Bucha de nyion D-10 com parafuso.	
16	3	PC PC	Protetor de surto classe 1, 25 kA, referencia DPS25275, de fabricação STEK ou SMLAR.	
17	112	PÇ	Triho FORT BOO perfurado referência 104-38/38-16-F, de fabricação MOLPA ou SIMILAR	
18	30	PC PC	Pita perfurada 38 x 3000 mm emichapa 16 referencia 113-01-16-F, de fabricação MOLPA ou SIMLAR	
19	144	PC	Sapata Interna 114-19-F, de fabricação MOLPA ou SINILAR	
20	576	PC	Bucha de nyion S-10 referência 114-51-10, de fabricação MOLFA ou SMILAR	
21	576	PÇ	Parafuso cabega sextavada rosca soberba referência 114-52-14-1 % F, de rapricação MOLPA SAMLAR	
22	60	PÇ	Junção Freferência 114-15-F, de fabricação MOLPA ou SMILAR	
23	500	PÇ.	Parafuso cabeça lisa, auto travante referência 114-46-1/4-1/2-F, de fabricação MOLPA ou SMILAR	
24	1020	PÇ	Parafuso cabeça sextavada, referência 114-44-1/4-1/2-F, de fabricação MOLPA ou SMILAR	
25	1520	PÇ	Amuela isa referência 114-47-14-F, de fabricação MOLPA ou SMILAR	
25	1520	PÇ	Arruela de pressão referência 114-48-114-F, de fabricação MOLPA ou SIMILAR	
27	1920	PÇ	Porca sextavada referência 114-49-1/4-F, de fabricação MOLPA ou SMILAR	
28	500	PÇ	Porca losangular referência 114-41-114-F, de fabricação MOLPA ou SMILAR	

Além disso, no item 5.3.2, o Edital, estabelece que, para fins de habilitação, a empresa licitante deverá informar no campo das "informações adicionais", as referências do produto cotado, tais como "marca ou fabricante", devendo também a participante, abster-se de impor condições ou conter opções:

ATENÇÃO

5.3.2 A licitante, ao inserir sua proposta, DEVERÁ informar no campo "Informações Adicionais", exclusivamente, o seguinte: a) A marca ou o fabricante do item cotado, observadas as exigências especificadas no Edital e seus Anexos.

a.1) A proposta não poderá impor condições ou conter opções

(alternativas), sob pena de desclassificação.

Ante a previsão destacada, ressalta-se, oportunamente, que a proposta apresentada pela recorrida não preenche as exigências do Edital, <u>eis que estão em desconformidade com as regras estabelecidas e não atendem todas as informações pontuadas no item destacado.</u>

A empresa declarada vencedora, apresentou a proposta da seguinte forma:



O valor global de nossa proposta é de R\$ 181.900,00 (cento e oitenta e um mil e novecentos reais), nos termos abaixo:

LOTEI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO
1	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA NO JUIZADO DA COMARCA DE SANTANA DO IPANEMA COM POTÊNCIA TOTAL DE 32,76 KWP. TREINAMENTO DE PESSOAL E FORNECIMENTO CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA.	1	Diversos*	

Valor total do Lote I: R\$181.900,00 (cento e oitenta e um mil e novecentos reais).

*DIVERSOS - MARCA DOS EQUIPAMENTOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA
1	MÓDULO FOTOVOLTAICO 330W	DAH
2	INVERSOR	GOODWE
. 3	CABOS E CONECTORES	PRISMYAN, CORFIO, STAUBLI, CEMAR, SPTF, KRONA
4	MEDIDOR BIDIRECIONAL	ELO
5	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE ENERGIA (embutido no inversor)	GOODWE
6	ESTRUTURA PARA LAJE DE VÃO LIVRE	PONTUAL ESTRUTURAS

Nesse sentido, temos que a proposta apresentada pela empresa declarada vencedora, não atende as exigências previstas no Edital, tendo em vista que: a) os materiais apresentados divergem das referências do Edital, o que é vedado pelo item 5.3.2, "a.1", do Edital (a proposta não poderá conter condições ou opções



alternativas; b) a proposta da empresa declarada vencedora sequer apresenta a quantidade de itens que serão utilizados para atender ao objeto do Certame; c) a proposta não indica o valor unitário dos itens apresentados.

Ora, a empresa declarada vencedora não apresenta especificações acerca da sua proposta! Ou seja, declarar como vencedora a empresa NEXSOLAR, viola, frontalmente, o princípio da transparência.

Logo, não se pode permitir a habilitação de empresa omissa no tocante à utilização dos equipamentos, sob pena de por em risco o interesse público perseguido pelo certame!

Deve-se destacar, ainda, que a ausência de descrição acerca da quantidade dos itens que serão utilizados para atender ao objeto do Edital, caracteriza inaptidão técnica da empresa declarada vencedora, tendo em vista que a aptidão técnica do licitante é comprovada mediante a cotejo do objeto da licitação com as atividades anteriormente desenvolvidas, quanto à características, quantidades e prazos.

As lições do insigne **JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR**¹ são deveras elucidativas no sentido de que:

Comprova-se a aptidão do habilitante comparando-se o objeto da licitação com as atividades por ele anteriormente exercidas, quanto a características, quantidades e prazos. Havendo compatibilidade – sinônimo, aí, de afinidade – entre as atividades e o objeto, estará atendida parte substancial da prova de aptidão, que se completará com a indicação das instalações e do aparelhamento necessários à execução do objeto, bem como da qualificação do pessoal técnico.

Por fim, cumpre destacar também que a decisão que habilitou e declarou como vencedora e empresa recorrida, fere, amplamente, o princípio da isonomia, tendo em vista que permitiu que a empresa recorrida apresentasse as especificações dos itens que serão utilizados para atender ao objeto do Edital, de forma genérica, enquanto que para outros, o Edital é incisivo no sentido de que as propostas deveriam conter informações sobre as marcas dos produtos; quantidades e mesma referência.

¹ PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Comentários à lei das licitações e contratações da administração pública. 7ª ed., Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 389.



Dessa forma, deve o presente recurso ser provido, a fim de que seja anulada a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa recorrida.

3.2.

NÃO OBSERVÂNCIA AO PRAZO ESTIPULADO NO §3º, DO ART. 45, DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 – PRECLUSÃO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA.

Noutro aspecto, cumpre destacar que a decisão que habilitou e declarou como vencedora a empresa recorrida, fere, amplamente, o princípio da isonomia, uma vez que acatou a proposta intempestiva e preclusa da empresa NEXSOLAR.

Analisando o *chat* do Pregão Eletrônico, pode-se perceber que a empresa recorrida fora declarada vencedora após apresentar proposta intempestiva e preclusa. Vejamos:

Data e hora do registro 19/06/2019 15.51 58.375 Participante PREGOEIRO

PREGOEIRO

Mensagem

CONSIDERANDO A DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA ELO ENG®, SOLICITO CONTRAPROPOSTA, FICANDO CONSIGNADO O PRAZO DE 24H.

21/06/2019 15:07 43:687 24/06/2019 09:55:58:070 24/06/2019 09:55:08:723 NEXSOLAR SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LIDA ME PREGOEIRO

Sr. Pregoero, a empresa NEXSOLAR oferece a contraproposta no valor de R\$181.900,00 (cento e oltenta e um mil e novecentos reals)

CONTRAPROPOSTA ACEITA

SOLICITO O ENVIO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA AJUSTADA NO PRAZI DE ATÉ (2/DUAS) HORAS, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, CONFORME SUBITEM 7.1 DO EDITAL, VIA E-MAIL: LICITÁCAO@TJALJUS.BR C/ COPIA PÁRA PREGAO.TJ.AL@GMAIL.COM

Como se verifica do *print* acima, a proposta da NEXSOLAR foi apresentada cerca de 48 (quarenta e oito) horas após a sua convocação, o que viola o disposto no §3º, do art. 45, da Lei 123/2006, que determina, expressamente, que após o empate ficto, a microempresa terá 05 (cinco) minutos para apresentar sua contraproposta após a convocação, *in verbis*:

Art. 45. Para efeito do disposto no art. 44 desta Lei Complementar, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

§ 3º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

Dessa forma, a proposta apresentada é <u>nula</u>, uma vez que não fora apresentada dentro dos 05 (cinco) minutos, conforme determina o dispositivo.



estando preclusa, motivo pelo qual não deveria <u>sequer</u> ter sido analisada, tampouco, declarada como vencedora.

Além disso, cumpre destacar que ainda que fosse levado em consideração o prazo estipulado pelo pregoeiro (prazo de 24h), <u>a contraproposta apresentada, ainda assim, seria intempestiva, uma vez que fora concedido 24h para manifestação, mas a empresa NEXSOLAR apresentou a proposta 48h (quarenta e oito horas) depois.</u>

Dessa forma, não poderia ter sido declarada como vencedora a empresa NEXSOLAR, uma vez que sua contraproposta fora apresentada intempestivamente.

Por outro lado, cumpre destacar que a decisão que habilitou e declarou como vencedora a empresa recorrida, não só violou o dispositivo supracitado, como também violou o princípio da isonomia, uma vez que concedeu <u>apenas</u> a empresa NEXSOLAR, tratamento diferenciado para apresentação de sua contraproposta.

Ora, o tempo previsto em Lei (§3°, art. 45, Lei 123/2006) é de 05 (cinco) minutos para apresentação da contraproposta; o pregoeiro disponibilizou 24 (vinte e quatro) horas, ou seja, tempo <u>extremamente superior ao previsto em lei; a proposta fora apresentada 48 (quarenta e oito) horas após, e, ainda assim, fora aceita e declarada vencedora</u>.

Configurou-se, portanto, violação ao princípio da isonomia, na medida em que a empresa declarada vencedora recebeu tratamento extremamente diferenciado: i) houve desrespeito ao prazo legal, a empresa recorrida não apresentou a contraproposta dentro do prazo de cinco minutos; ii) o pregoeiro disponibilizou prazo superior ao previsto, entretanto, a empresa recorrida não apresentou sua contraproposta; iii) a contraproposta fora aceita mesmo após ter sido apresentada de maneira completamente intempestiva (já havia sido esgotado o prazo previsto em lei, como também o prazo estipulado pelo Pregoeiro).



Nesse sentido, é nítido o tratamento diferenciado oferecido pela comissão à empresa declarada recorrida, tendo sido prejudicada a empresa

Ora, deve-se destacar que o tratamento diferenciado

teve o seu direito concorrencial prejudicado!

recorrente.

Dessa forma, deve o presente recurso ser provido, a fim de que seja anulada a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa recorrida.

concedido à empresa recorrida, trouxe prejuízos à empresa recorrente, uma vez que esta

4. DA NECESSIDADE DE ATENDIMENTO ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Por fim, considerando as especificações técnicas exigidas pelo Edital, a recorrente requer que a empresa declarada vencedora disponibilize maiores especificações acerca da quantidade dos equipamentos utilizados para o projeto, a fim de que se verifique se os mesmos atendem às especificações.

5.

DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Por fim, cumpre destacar que a Administração Pública tem o dever de resguardar os princípios que regem a Lei de Licitações dentre eles: o princípio da Legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da isonomia, bem como da Vinculação ao Ato Convocatório, conforme dispõe o Art. 41, da Lei 8.666/93².

Considerando o princípio da legalidade estrita, entende-se que o princípio da vinculação ao Edital se traduz na regra de que *o instrumento convocatório faz lei entre as partes*, devendo ser observados os termos do edital até o encerramento do contrato, razão pela qual se entende pertinente o nobre Pregoeiro reconsiderar o ato de habilitação da recorrida.

^{2 &}quot;A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada"

Ainda, importa destacar que a mantença do ato de habilitação questionado viola, também, o princípio da isonomia, o qual preceitua ser indispensável ao atendimento do interesse público, a competição entre os licitantes de forma igualitária.

Nesse cenário, a manutenção da habilitação da recorrida viola o quanto posto nos arts. 3º, 4º e 55 da Lei 8.666/93, bem como o art. 4º, da Lei 10.520/2002, que estabelece:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do <u>princípio</u> constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os <u>princípios</u> <u>básicos da legalidade</u>, da <u>impessoalidade</u>, da moralidade, da <u>igualdade</u>, da publicidade, da probidade administrativa, <u>da vinculação ao instrumento convocatório</u>, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:[...]

XI - <u>a vinculação ao edital de licitação</u> ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor; [grifo nosso]

Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:(...)

X - para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;

XI - examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;

XII - encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

[grifo nosso]

Dessa forma, também por estes aspectos, deve o presente recurso ser provido, reformando a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa recorrida, vez que não atendeu aos requisitos legais e editalícios.

6. PELO EXPOSTO, pede e espera a recorrente seja o presente recurso conhecido e provido para reformar a decisão que habilitou e declarou vencedora a empresa NEXSOLAR SOLUÇÕES EM ENERGIA SOLAR LTDA ME, vez que esta não atendeu aos itens do Edital, no que se refere a sua habilitação.

Por outro lado, a empresa recorrente ratifica o pedido para que seja sanado o erro material constante no portal acerca do seu "status", posto que consta como "Desclassificada", quando deveria constar "SOBRESTADA", ante o empate ficto com a empresa NEXSOLAR.

Na mesma oportunidade, caso se entenda pela manutenção da habilitação da recorrida, o que não se espera, requer-se que estas razões recursais sejam devidamente encaminhadas à autoridade em hierarquia superior para que proceda a revisão da decisão, conforme estabelece o § 4º, do art. 109, da Lei 8.666/93.

N. termos,

Espera deferimento.

Maceió, 01 de julho de 2019.

GLOBALSUN BRASIL ENERGÍA, IMPORTACAO E COMERCIO LTDA.